



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Impugnação ao Pregão Presencial n. 019/2023

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção a impugnação interposta pela empresa **LOCASEM SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ n. 17.820.990/0001-07**, informar e requerer o que segue.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão presencial n. 019/2022, relativo à contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de gestão de mão de obra de cozinheira, copeira, copeira lácteo e almoxarife, pelo Sistema de Registro de Preços, interposta pela empresa **LOCASEM SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ n. 17.820.990/0001-07**, em que impugna o valor atribuído aos índices contábeis exigidos para a comprovação da habilitação econômico-financeira pelas licitantes.

É o relatório.

No mérito, ao se analisar o fato suscitado, entende-se que não merece prosperar a alegação da impugnante.

A exigência de índices contábeis iguais ou superiores a 1, como Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, em licitações para gestão de mão de obra, apresenta-se como medida necessária, proporcional e plenamente justificável. A contratação de empresas para prestar serviços terceirizados, especialmente quando envolve o pagamento regular de salários e encargos trabalhistas, exige que a Administração Pública adote critérios rigorosos para garantir a capacidade econômico-financeira das licitantes. **Nesse contexto, os índices contábeis servem como parâmetro objetivo para demonstrar a solidez financeira das empresas participantes, assegurando o cumprimento integral das obrigações contratuais e evitando riscos à continuidade dos serviços.**

A gestão de mão de obra, por sua natureza, demanda estabilidade no fluxo de caixa e capacidade de pagamento de despesas recorrentes, como salários, encargos previdenciários e benefícios. Índices como a Liquidez Corrente (LC) e a Liquidez Geral (LG) iguais ou superiores a 1



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

indicam que os ativos disponíveis da empresa são suficientes para cobrir suas obrigações de curto e longo prazo, respectivamente. Já o índice de Solvência Geral (SG) reflete a capacidade da empresa em saldar suas dívidas totais. **A exigência desses índices, portanto, visa mitigar riscos de inadimplência, atrasos ou interrupção na execução dos serviços, protegendo o interesse público.**

A legislação brasileira, especificamente o art. 31, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, autoriza a Administração Pública a exigir índices contábeis para comprovar a boa situação financeira das licitantes, desde que haja justificativa no processo licitatório. Tal exigência não apenas é legal, como também encontra respaldo em precedentes do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme expressa a Súmula n. 289, que determina que **os critérios financeiros devem ser objetivos, atualizados e compatíveis com o objeto licitado. No caso específico da gestão de mão de obra, a exigência de índices iguais ou superiores a 1 revela-se proporcional à complexidade e à natureza do contrato, que exige confiabilidade na execução contínua das obrigações assumidas.**

Além disso, a prática de adotar esses parâmetros contábeis é usual em processos licitatórios que envolvem serviços com impacto financeiro significativo e recorrente. Trata-se de critério amplamente aceito no mercado para garantir que as empresas contratadas apresentem capacidade real de cumprir com suas responsabilidades. Alegar que tal exigência restringe a competitividade não procede, uma vez que o objetivo principal é assegurar a participação de licitantes que, de fato, possuam condições financeiras mínimas para garantir a execução do contrato sem comprometer sua continuidade.

Nesse sentido, a Instrução Normativa n. 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio do art. 11, Item 11.1, alínea "b" do Anexo VII-A, determina que os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) sejam superiores a 1 (um). Ou seja, **a norma utilizada como parâmetro para a elaboração dos editais de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra indica o valor que deve ser atribuído aos índices contábeis, não havendo margem de discricionariedade para o gestor.**

Por fim, a Administração Pública, ao exigir índices contábeis como critério de qualificação econômico-financeira, está agindo em consonância com o princípio da eficiência e com o princípio da economicidade, buscando evitar contratações que possam resultar em prejuízos ao interesse público. Ao mesmo tempo, respeita o princípio da competitividade, pois a exigência é objetiva, justificada e proporcional às características do objeto da licitação.

Portanto, a exigência de índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral iguais ou superiores a 1 deve ser mantida, pois constitui critério legítimo, legal e adequado para assegurar a boa execução do contrato. Tal medida resguarda os interesses da Administração Pública, evita riscos de inadimplência e contribui para a seleção de empresas economicamente sólidas, capazes de garantir



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

a continuidade dos serviços terceirizados essenciais.

Portanto, em razão do exposto, **indefere-se a impugnação interposta pela empresa LOCASEM SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ n. 17.820.990/0001-07.**

Maricá, 18 de dezembro de 2024.

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941